

CONCEPÇÕES FILOSÓFICAS DO PPP DA ESCOLA MUNICIPAL RAIMUNDO CABRAL – IGARAPÉ DO MEIO - MA

GILVANDRO VERAS DE SOUSA¹
JOSÉ OSMAN SILVINO SANTOS²
PEDRO IGO SANTANA FRAZÃO³

RESUMO

O presente trabalho é fruto do estudo do Projeto Política Pedagógica (PPP) da Escola Municipal Raimundo Cabral, na Comunidade Vila Diamante, no Projeto de Assentamento (PA) Diamante Negro/Jutahy, assim como a análise da prática docente dos educadores e o cotidiano da escola, no sentido de compreender a dinâmica de funcionamento e os princípios filosóficos que orientam o fazer pedagógico da instituição. Para tanto, demandou-se a realização de entrevistas com os sujeitos desse contexto, respeitando os vários segmentos que compõem o universo escolar: a direção, os professores, os alunos e pais, de forma a identificar nessas falas as metodologias utilizadas pela escola e o nível de participação desses sujeitos no cotidiano escolar. Tomando como objeto fundamental de estudo o Projeto Político Pedagógico, observou-se que este está pautado no materialismo histórico dialético, se utilizando da teoria marxista, para tratar da valorização do ser humano, que propõe o auto reconhecimento deste enquanto sujeito de classe; fundamenta-se também na pedagogia freiriana, de valorização do sujeito e de suas vivências, compartilha de forma intrínseca com teoria de Pystrak com enfoque na fundamentação do trabalho como instrumento pedagógico. Também tem suas raízes moldadas a partir da pedagogia dos movimentos sociais e nos princípios pedagógicos da educação do campo. Baseado nesse pressuposto, percebeu-se os elementos fundamentais de sua construção. Tal percepção permitiu, ainda, entender de que forma esse instrumento tem contribuído com a comunidade para sua permanência enquanto classe social organizada.

Palavras chave: Projeto Político Pedagógico. Fazer Pedagógico. Classe Social.

¹, ², ³ Graduandos do Curso de Licenciatura em Educação do Campo – PROCAMPO, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão – IFMA.

HISTÓRICO DO ASSENTAMENTO

A história do Assentamento Diamante Negro, em que se situa a Vila Diamante, teve início no final de março de 1989, quando chegaram no município de Vitória do Mearim, três lideranças do recente movimento social de luta pela terra no Brasil, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Os militantes vieram da cidade de Imperatriz, sul do Estado do Maranhão, com a missão de organizar o movimento na regional da Baixada Ocidental Maranhense, onde se localiza o Assentamento, e logo iniciaram os trabalhos de base para a organização das famílias para a ocupação da terra.

Os militantes foram recebidos pela Igreja Católica e pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), do município. Os três jovens começaram sua tarefa no município realizando reuniões e fazendo discussões com as famílias nas comunidades, cada animador de comunidade⁴, organizadores de igreja, representantes de STR, delegado sindical tinha a tarefa de ajudar na articulação no seu povoado.

Os povoados trabalhados na época foram: Igarapé do Meio (emancipado, hoje sede do atual município), Acoque, São Vicente da Palmeirinha, São Benedito, Cutiúba, Juçaralzinho, Vila Nova, Cajazeira dentre outros, todos no município de Vitória do Mearim. Depois da articulação feita nos povoados, tomou-se como decisão a realização de uma grande assembleia que ocorreu no dia 25 de junho daquele ano, no Clube das Mães no povoado de Igarapé do Meio.

Na ocasião da assembleia, centenas de famílias se reuniram, oportunidade em que se determinou a data da ocupação que foi marcada para o dia 30 do mesmo mês. No dia combinado, 30 de junho, por volta das 6 horas da manhã, 600 famílias sem terra se concentraram no povoado de São Benedito, situado à margem da rodovia BR 222 e deram início à caminhada em fila, margeando a Estrada de Ferro Carajás, da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), a fileira das famílias chegava a medir aproximadamente 3 km de extensão.

O acampamento foi construído num local conhecido como Centro da Maria Pinto, já dentro da então fazenda Diamante Negro, o local escolhido situava-se a 1 Km

⁴ Animador de comunidade – eram lideranças das comunidades aqueles envolvidos com a direção da igreja católica.

distante da estrada de ferro, o nome da localidade se referia ao nome de uma antiga moradora daquela localidade. Vinte dias após a ocupação, conforme dados obtidos com alguns militantes que coordenaram o acampamento, o número de famílias acampadas já chegava a 714, o que implica dizer que a cada dia mais pessoas chegavam ao acampamento.

A fazenda pertencia ao Sr. Antonio Carlos R. Coutinho, com uma extensão territorial de 8.885 ha, sendo que antes da ocupação já existiam na fazenda quatorze antigos pequenos povoados: Morada Nova, Nova Morada, Centro dos Cordeiros, Centro do Xixico, Centro do Baé, Ilha Bonita, Serdote, Baixa do Arroz, Ananazal, Coelho, Fogoso, São Raimundo, Água Branca e Pau Girimbal, todas elas pertencentes ao município de Monção. Hoje existem com a Vila Diamante, são apenas oito: Morada Nova, Nova Morada, Centro dos Cordeiros, Serdote, Ananazal, São Raimundo, e Água Branca.

No dia 5 de novembro de 1989, as famílias acampadas resolveram ocupar a sede da fazenda que ficava a três km do primeiro acampamento, ficando mais próximo da rodovia BR 222. A ocupação foi realizada por volta das 14 horas, às famílias se instalaram local e construíram definitivamente a vila onde vivem hoje mais de 150 famílias.

A comunidade Vila Diamante situa-se como já foi dito à margem esquerda da rodovia BR 222 no sentido Igarapé do Meio à capital do estado do Maranhão São Luis, distante 3,7 km da sede do município.

Em 15 de novembro do mesmo ano, as famílias acampadas fecharam por um período de 5 h. a BR 222 como forma de pressionar o governo federal para a agilização por via do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), para que fosse feita a vistoria e a desapropriação da área. Em 09 de janeiro de 1990, por volta das 19:30 horas, um grupo de pistoleiros atacou o acampamento, causando medo e terror entre as famílias que se protegeram dos tiros no Galpão da fazenda, hoje transformado no Centro de Formação e Capacitação e Pesquisa Padre Josimo Tavares (CPJ), hoje uma das referências na formação de militantes do MST e de outros movimentos sociais do Brasil. Em 12 de setembro de 1990, às 10 horas da manhã, houve o despejo das quinhentas famílias acampadas, o despejo foi feito por quarenta policiais militares, que levaram as famílias para as margens da BR 222 na cidade de

Igarapé do Meio. No dia seguinte do despejo, por volta das três horas da tarde as famílias fizeram uma grande marcha de retorno à terra, nessa marcha vieram juntos muitos curiosos do então povoada Igarapé do Meio, que queriam presenciar o fato, muitos acreditavam no pior que poderia acontecer com as famílias, mas suas presenças acabou contribuindo, pois engrossou as fileiras de retorno à terra.

A partir da legalização da terra, ocorrida em 1994, com a desapropriação da área para fins de reforma agrária, e a criação do Projeto de Assentamento (PA), após quatro anos de luta e resistência na terra, foi contratada pelo INCRA uma equipe de acompanhamento técnico, formada por agrônomo, técnico agrícola e outros profissionais tiveram a tarefa de prestar acompanhamento às famílias na elaboração de projeto para a produção agrícola das famílias assentadas.

A luta dessas famílias não parou com a conquista da terra, mas continuou em busca de créditos de produção, escola, saúde, saneamento, organização e principalmente busca do respeito enquanto assentamento.

HISTÓRICO DA LUTA POR EDUCAÇÃO NA VILA DIAMANTE

Ao longo da história da Vila Diamante a preocupação com a educação foi sempre uma constante, tanto na garantia da educação formal, ou seja, a educação oficial, no campo da escolarização e da alfabetização de jovens e adultos vinculada aos programas oficiais; como na garantia da educação não formal, ou seja, a que envolve um processo de formação dos sujeitos, por meio de cursos, encontro, oficinas e seminários, mas não está reconhecida pelos órgãos oficiais da educação, na maioria dos casos, organizada pelos setores organizados do MST, realizados no Centro de Capacitação e Pesquisa Padre Josimo Tavares (CPJ).

São exemplos dos cursos não formais, e que muitos professores e alunos da escola participaram e/ou participam:

a) curso prolongado – curso organizado pelo setor de formação do MST, destinado à jovens das áreas de acampamentos e assentamentos com duração média de três meses, com o objetivo de formar a consciência política e ideológica dos jovens e ainda tem sido comum no Maranhão, no final do curso, numa parceria com a Secretaria de Estado da Educação, a aplicação de provas supletivas para conclusão do ensino fundamental. O primeiro curso realizado na Vila Diamante, no início dos anos 1990, teve duração de nove meses;

b) formação de professores – realização de encontros, cursos, oficinas e seminários para formação dos professores dos assentamentos, com o objetivo de discutir uma educação voltada para a formação do sujeito do campo, vinculada à sua realidade e suas formas de vida. O CPJ tornou-se nos últimos anos uma referência também no campo da escolarização de jovens de assentamentos dos estados do Maranhão, Pará, Tocantins e Piauí, em cursos de nível médio tais como: magistério, técnico em agropecuária e técnica em saúde comunitária, sendo os cursos magistério e técnico em saúde comunitária por meio da parceria com a Universidade Federal do Maranhão e o curso de técnico em agropecuária na parceria com a Escola Agrotécnica Federal, ambos garantidos financeiramente pelo Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA).

A Educação formal da Vila Diamante nasceu ao mesmo tempo em que iniciou a luta pela conquista da terra do assentamento. A necessidade sentida pelos acampados fez com que logo nos primeiros dois meses após a ocupação da terra constituíssem uma escola, que a princípio foi discutido em assembleia e escolhido o local e os educadores, que logo cuidaram em fazer as matrículas das crianças.

Ainda no Centro da Maria Pinto, local da primeira ocupação, a escola funcionou em um galpão, feito pelos acampados e também embaixo de árvores, tanto em 1989 quanto agora o local é bem arborizado com muitas mangueiras. Os educadores escolhidos na época e que inclusive fizeram as primeiras matrículas foram, Maria Delma de Sousa e Antonia Maria de Almeida de Sousa, contou ainda com a ajuda de Antonia de Sousa, irmã da Delma. A Maria Delma ficou como educadora efetiva da turma, trabalhando com o multisseriado de 1ª a 4ª série.

Pelas várias dificuldades enfrentadas com relação à educação e o poder público, na época no município de Vitória do Mearim, nada fazia, os acampados decidiram em assembleia ocupar a Prefeitura em 24 de agosto de 1992, visando o atendimento das necessidades do acampamento por parte do poder público.

Os manifestantes, como já foi dito, foram recebidos pela repressão policial que espancou e prendeu 17 trabalhadores, bem como deixou crianças, mulheres e homens apavorados, sem saber o que fazer e, nem pra onde ir. Como disse em assembleia da

escola o assentado, José: *“foi um momento de sofrimento e medo, mas também de certeza de que era preciso continuar lutando”*. (Informal verbal)⁵.

A luta serviu como afirmação da identidade Sem Terra⁶ e como certeza de continuar em busca dos objetivos, conseguir a terra e as condições básicas para viver bem no campo. A ocupação da prefeitura foi realizada com 350 pessoas entre homens, mulheres e crianças.

A população de Vitória do Mearim, assim como a paróquia do município, na pessoa do Pe. Sérgio, deram total apoio aos manifestantes, chegando a interferir junto a Prefeitura para que tudo se resolvesse. Muitas pessoas levaram alimentação principalmente para as crianças que lá estavam participando, assim como muitas levaram as crianças e outras pessoas para suas casas e deram banho, água e alimentação.

Os acampados que foram presos, só foram liberados após dois dias com ajuda do deputado estadual Juarez Medeiros, e mesmo assim tiveram que depor na polícia sobre a ação e logo depois o processo foi arquivado.

Ainda em 1992, resultado das pressões no âmbito local, conseguiu-se, via Prefeitura, a contratação de três professores e o setor de educação do MST iniciou um processo de formação e capacitação dos professores das áreas de assentamentos e acampamentos do estado do Maranhão. Estas professoras ficaram somente um ano no acampamento, portanto foi necessário contratar outras professoras e o acampamento indicou uma professora recém-chegada no acampamento, outra que se casou com um acampado e outra filha de acampados. Hoje as três professoras já concluíram curso superior.

Como a estrutura escolar não atendia a demanda que se tinha na época, algumas turmas passaram a funcionar no Centro de Formação Pe. Josimo, antiga casa da fazenda, transformada hoje em um centro de referência em nível de estado na formação de militantes do MST.

Num combinado feito entre os assentados e a coordenação do Centro ficou definido que as aulas funcionariam lá, até que suas atividades iniciassem. Ao iniciar as atividades do Centro de Formação, as aulas passaram a funcionar no Centro de

⁵ Entrevista concedida pelo Sr. José em entrevista para produção do trabalho.

⁶ Identidade Sem Terra – chamamos identidade Sem Terra, o fato de que os assentados mesmo na condição de com a terra, continua se identificando com a luta pela terra e pela Reforma Agrária e se auto-identificando sem terra.

abastecimento⁷ do assentamento, isso após acordo feito com o prefeito para o pagamento de aluguel até a construção da nova escola.

Um ano depois, a Prefeitura não tinha feito nada, nem sequer o aluguel havia pago, então a comunidade organizou-se em duas fileiras com faixas e cartazes e deslocou-se até a prefeitura para exigir o cumprimento do acordo feito em 1998.

A luta pelo direito à educação de qualidade não parou, em 1995 os professores do assentamento juntamente com os de Igarapé do Meio paralisaram as aulas, pois já estavam com seis meses de atraso no pagamento de seus salários, e o prefeito, mesmo já tendo sido convocado para uma reunião, nenhuma decisão havia tomado para resolver o problema.

Os professores se deslocaram de Igarapé do Meio, juntamente com os do assentamento encima de um caminhão até Vitória do Mearim, visando uma negociação com o Prefeito. Ao chegarem, a informação que tiveram foi a de que o prefeito estava viajando e a secretária de Educação estava de saída para a capital do estado, São Luís. Eles decidiram impedir a viagem da secretária, fecharam a BR e conseguiram conversar com ela, que se comprometeu em conversar com o prefeito. Com isso, a prefeitura efetuou o pagamento de quatro meses de atraso e as aulas voltaram a funcionar normalmente.

Até 1997 a escola funcionou na igreja católica e na antiga casa da fazenda, com apenas bancos feitos de tábua, um quadro de giz e um filtro em cada espaço, as duas salas de sala de aula que funcionavam na época.

Um dos fatores importantes na conquista do prédio escolar foi o Encontro dos Sem Terrinha que aconteceu em outubro de 1996, onde foi tirada uma comissão de crianças do estado para participarem da negociação com o governo do estado e com representantes do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). Na negociação ficou confirmada a construção da escola, que se efetivou em 1997.

A estrutura física da escola é a seguinte: duas salas de aula, uma secretaria, uma cantina, um banheiro, um depósito e um pátio. A escola recebeu o nome de “Raimundo Cabral”, escolhido em votação realizada com os assentados por meio de uma pesquisa feita de casa em casa pelos educandos e educandas.

⁷ Prédio construído pelo INCRA para armazenamento de produtos, no assentamento e mais conhecido como elefante branco.

Para a escolha do nome da escola, os professores na época, juntamente com alguns assentados definiram os critérios para a definição do nome da escola. A decisão final foi a de que deveria homenagear pessoas que participaram da luta pela conquista da terra e que já não se encontram mais em nosso meio (os falecidos), a partir disso iniciou-se o processo de indicação e em seguida, a votação por parte dos assentados. Na votação, o escolhido em primeiro lugar foi o Raimundo Cabral, um dos antigos moradores do assentamento que participou do processo de ocupação, e faleceu de ataque cardíaco em 26 de abril de 1994, com 68 anos de idade; em segundo lugar ficou a Sr^a. Luzia Mendes de Sousa, nome atribuído hoje à segunda escola do assentamento.

O ano de 1999, fim de mandato do então prefeito foi um descaso, tanto os funcionários da saúde quanto os da educação ficaram com quatro salários atrasados. Os professores de Vila Diamante se juntaram com um grupo de professores de Igarapé do Meio e decidiram mobilizar a classe de professores do município para uma grande mobilização na cidade.

Uma das primeiras atividades realizadas antes da mobilização foi à paralisação das aulas, mas como alguns professores não aderiram à paralisação ficou difícil continuar. Com o apoio da maioria foi feita uma mobilização na cidade. Com um carro de som, a comunidade de Igarapé do Meio foi articulada para fazer parte da mobilização. Articularam também a Câmara Municipal, mas dos nove vereadores, apenas três concordaram e fizeram parte da equipe de negociação com o prefeito. Durante a negociação que aconteceu em Santa Inês, os professores juntamente com a comunidade fecharam a BR 222 por quatro horas, no intuito de agilizar as negociações.

As negociações não surtiram efeitos satisfatórios, e antes que a equipe chegasse a Igarapé do Meio para socializar os acordos, a polícia já estava no local da mobilização por ordem do prefeito Ubiratan Amorim, procurando os organizadores com uma lista de nomes. Com a chegada e com a atitude da polícia espancando e prendendo os manifestantes, a população se revoltou e tomou atitudes mais radicais, pondo fogo na prefeitura e na casa que o prefeito tinha em Igarapé do Meio. Como o prefeito estava também em débito com o Tribunal de Contas do Estado, foi afastado do cargo por três dias, mas ao recorrer à Justiça, assumiu novamente o cargo.

Hoje, nos três prédios que temos na Vila Diamante, com essa estrutura atendemos a demanda apenas da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, mas nos

propomos a reivindicar para o ano de 2007 a implantação do Ensino Médio, para atender à toda a demanda da educação básica.

A diferença da educação da Vila Diamante centra-se na participação ativa dos sujeitos em todo processo de construção da educação, como por exemplo, a autonomia que se vem construindo ao longo da história, no que tange à discussão sobre a escolha dos professores, bem como na autonomia que a escola tem para definir quem representa o cargo de direção, pois a gestão escolar na prática é compartilhada; nos processos de metodologias educativas, voltadas para a vivência dos educandos no assentamento; na auto-organização dos alunos, como meio que possibilite, desde cedo, o exercício da participação direta, na avaliação do processo, procurando avaliar não apenas o aluno, mas o conjunto do trabalho; na crítica e auto- crítica do corpo de funcionários, como forma de eliminarmos vícios e desvios que prejudiquem a execução de nossas metas; na construção do Projeto Político Pedagógico.

Durante os 17 anos de luta do povoado Vila Diamante, a escola só passou a ter diretoria a partir de 1997, quando foi construído o primeiro prédio escolar, que passou a ser denominado de Escola Municipal Raimundo Cabral.

Na prática cotidiana da sala de aula, procuramos ainda desenvolver estratégias para manter sempre viva a história de luta das famílias em busca da terra, ou seja, a história da luta pela terra e também atividades e temas tais como: discussões internas como, datas a serem comemoradas, oficinas a serem realizados, planejamentos anual e semanal, seminários e debates acerca de temas voltados pra realidade como: Doença Sexualmente Transmissível, Drogas, Agronegócio, Transgênicos, Verminoses.

É importante reconhecer as dificuldades que existe na implementação de uma proposta pedagógica que atenda de fato as necessidades dos educandos e educandas, mais este é um dos desafios que estamos nos propondo a superar.

DIALOGO COM A REALIDADE

Nesse processo de construção da escola da Vila Diamante e seu Projeto Político Pedagógico, assim como a construção da própria comunidade é forte a influencia do MST no sentido de que o individuo e sua função histórica seja sempre considerada nesta construção, porque a escola deve tem um papel importante conforme CALDART (2000, p.23) descreve a seguir.

Para o MST, a escola tem cada vez mais importância, assim como passar a olhá-la de um jeito um pouco diferente daquele mais usual no âmbito da pedagogia [...] o que a escola deve fazer [...] é ajudar a produzir seres humanos, é preciso, de um lado, que ela não se negue a cumprir esta tarefa [...] e de outro, que aceite entrar no processo e fazer a leitura das demandas e das questões que ele vai colocando em seu movimento [...] Sintonia com seu tempo e com os sujeitos que nela atuam.

Ao concordar com a citação acima, as escolas dos assentamentos e acampamentos do MST, devem comungar com os anseios dos seus sujeitos, resgatar as suas culturas e construir homens e mulheres livres, bem como contribuir de forma efetiva para o avanço da luta dos trabalhadores, deve ainda, participar e contribuir na organização do assentamento ou acampamento.

A escola mesmo estando no campo e com seu PPP que trata princípios da educação, segundo a pedagogia do MST, tem enfrentado dificuldades, pois a Secretaria Municipal de Educação não está preparada a tratar as escolas do campo conforme as orientações das diretrizes da educação do campo. Isso dificulta uma melhor formação dos sujeitos do campo, CALDART (2004, p. 37) diz o seguinte:

Compreender o lugar da escola na educação do Campo é compreender o tipo de ser humano que ela precisa ajudar a formar e como pode contribuir com a formação dos novos sujeitos sociais que vêm se constituindo no campo hoje. A escola precisa cumprir a sua vocação universal de ajudar no processo de humanização das pessoas e com as tarefas específicas que pode assumir nesta perspectiva.

O exposto anteriormente nos faz avaliar as perdas, na formação do sujeito crítico, que o despreparo da Secretaria de Educação do município tem provocado.

Durante muitos anos, todas as discussões relacionadas ao assentamento eram feitas nos três grandes grupos, de onde saíam às definições e encaminhamentos. Atualmente, com um inchaço⁸ desenfreado que o assentamento vive, percebeu-se que as discussões teriam que abranger um número maior de pessoas, inclusive as que são excedentes, ou seja, as pessoas não assentadas, filhos ou filhas, parentes que hoje moram no assentamento. Dessa forma todos tem a condição de participar direta e indiretamente das decisões da escola e contribuir na melhor condução do processo pedagógico.

Apesar dessa abertura à participação da família, o secretário do coletivo de educação da escola e comunidade comenta o seguinte: “*essa participação tem reduzido de forma significativa, atualmente está restrita a reuniões de entregas de boletins*

⁸ Inchaço – crescimento desordenado da população da Vila Diamante em relação à capacidade de assentamento das famílias conforme determina o módulo rural da região.

escolares e alguns eventos pontuais. As discussões políticas e organizativas da escola apenas um grupo reduzido tem participado”. (Informal verbal)⁹.

Esta situação atual tem sido objeto de ações e debates, na escola, no intuito de contornar e assim adquirir maior peso no momento das reivindicações com os órgãos públicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a pesquisa tivemos a oportunidade de perceber que a escola é dentre a demais da região a que oferece uma educação comprometida com a fixação do homem do campo e em formar o sujeito com as dimensões do ser humano em sua condição plena, partindo da dimensão micro do assentamento, para uma relação macro a nível de estado brasileiro.

Nesse contexto de valorização do sujeito tivemos a honra de vivenciar o resgate histórico cultural da comunidade, que é realizado pela escola para valorizar a história de vida dos alunos e a trajetória de luta das famílias do assentamento, evento denominado de “Noite no Acampamento”, por tanto se trata do cumprimento prático do Plano Político Pedagógico, no tocante a valorização dos sujeitos enquanto seres de vivência social. Apesar de alguns entraves ainda serem presentes, como a resistência do poder público municipal em aceitar algumas questões que são pertinentes ao cotidiano da escola.

No entanto, observamos que apesar do PPP esta pautado em uma corrente filosófica e vários pensadores da educação, ele carece de um referencial teórico no seu corpo, para efeito de constar essa base teórico metodológica em sua composição, de maneira que fique evidente a quem o necessite ler ou estudá-lo.

Diante desse contexto avaliamos que a pesquisa realizada foi de fundamental importância para a construção do saber, e que é altamente relevante para a promoção da visão de que é possível mudar determinadas formas e concepções de escolas e mudanças de concepções nossas enquanto estudantes e perceber que a educação é um dos instrumentos capazes promover a transformação social.

REFERENCIAS

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**: escola é mais do que escola. 2 Ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2000.

⁹ Entrevista concedida por Osman em entrevista para produção do trabalho.

CALDART, Roseli Salete. **Elementos para construção do projeto político e pedagógico da educação do campo.** In. MOLINA, Mônica Castagna & DE JESUS, Sonia Meire Santos Azevedo (Org). Por uma educação do campo: contribuições para a construção de um projeto de educação do campo. Brasília, DF: Articulação Nacional “Por Uma Educação do Campo”, 2004.

JOSÉ. **Reflexos acerca da importância da Escola Municipal Raimundo Cabral para a Vila Diamante.** Vila Diamante, Igarapé do Meio, 12 de maio 2012. Entrevista direcionada.

OSMAN. **Reflexos acerca da importância da Escola Municipal Raimundo Cabral para a Vila Diamante.** Vila Diamante, Igarapé do Meio, 23 de maio 2012. Entrevista direcionada.